



POLÍTICA DE ESPORTE POR MEIO DA ATIVIDADE FÍSICA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: ANÁLISE PRELIMINAR DO INCENTIVO FEDERAL DE CUSTEIO

Letícia Aparecida Calderão Sposito¹
Leonardo Araújo Vieira²
Fabio Fortunato Brasil de Carvalho³

Introdução: A atividade física (AF) é reconhecida como uma importante ação de saúde, além de benefícios sanitários, individuais e coletivos, há os sociais, econômicos, ambientais, entre outros. A ampliação do número de praticantes de AF é a prioridade da atual política de esporte segundo a Ministra de Estado, Ana Moser, e, para ela, a referida política também é efetivada quando a AF é ofertada nos serviços de saúde. Assim, o objetivo do presente trabalho é apresentar uma análise inicial da implementação do Incentivo Federal de custeio para AF na atenção primária à saúde (IAF). O referido incentivo consiste na transferência de recursos financeiros para os municípios que tiveram unidades de saúde homologadas de acordo com condicionalidades normativas relacionadas ao registro de AF, por meio da ficha de atividades coletivas, com diferencial no valor repassado (a maior caso ocorra a inserção de Profissionais de Educação Física nas unidades de saúde. **Método:** Por meio de análise descritiva e quantitativa dos dados do IAF extraídos em 19 e 20/04/2023 do Fundo Nacional de Saúde (FNS), usando os filtros das portarias do gabinete do ministro de estado da saúde (GM/MS) 1.105 em 2022 e 3.872 em 2023, e do e-Gestor Atenção Básica (e-Gestor), relatórios públicos e financiamento da APS, de outubro de 2022, quando a transferência de recursos foi iniciada, até as mencionadas datas de extração. Em seguida, foi calculada a variação mensal do número de municípios e de unidades de saúde. **Resultados:** Em comparação com o mês anterior, houve aumento no número de municípios (Mun) e unidades de saúde (US) que receberam recursos do IAF em novembro de 2022 (2,4%; n= 2.130 Mun e 3,6%; n= 3.086 US) e fevereiro de 2023 (2,9%; n= 1.684 Mun e 4,5%; n= 2.643 US). E houve redução em dezembro de 2022 (-0,6%; n= 2.117 Mun e -1,0%; n= 3.056 US), janeiro (-22,7%; n=1.637 Mun e -17,3%, n=2.528 US), março (-69,6%; n= 512 Mun e -71,7%; n= 747 US) e abril (-31,1%; n= 353 Mun e -27,7%; n= 540 US) de 2023. **Discussão:** A redução no número de municípios e de unidades de saúde que receberam recursos no período analisado, em especial em janeiro, março e abril de 2023, evidencia um importante desafio na implementação do IAF. Quando o IAF foi anunciado, em maio de 2022, os valores seriam de R\$ 100 milhões para 2022 e R\$ 170 milhões para 2023, contudo foi pago R\$ 10,8 milhões em 2022 e R\$ 8,4 milhões em 2023 até a data de consulta (20/04/2023). O Ministério da Saúde informou que muitos municípios não cumpriram as condições normativas. Contudo, houve uma questão temporal entre o lançamento em maio e o início dos pagamentos em dezembro de 2022, o que pode ter dificultado o cumprimento das normativas pelos municípios. Assim, apesar de o IAF poder ser considerado um avanço no financiamento da AF no SUS, contribuindo para a política de esporte, a implementação mostra as limitações que potencialmente impedirão a ampliação da prática de AF pela população usuária da atenção primária, tal qual é desejável.

¹Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Motricidade da UNESP, leticia.sposito@unesp.br;

²Coordenador do Programa de Orientação ao Exercício da Secretária de Saúde de Vitória-ES, lcaramuru@gmail.com;

³Tecnologista em C&T do Instituto Nacional de Câncer/Ministério da Saúde (INCA/MS), fabiofcarvalho@gmail.com;